

JUNHO DE 2013: UMA HIPÓTESE *AFETIVA* SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DO ANTIPETISMO BRASILEIRO

DOI: 10.12957/SYNTHESIS.2023.83515

ALLEGRA LEVANDOSKI*
MAYRA GOULART DA SILVA**

Resumo

As manifestações de Junho de 2013 foram uma série de eventos com alto grau de complexidade e diversidade, que marcaram a política nacional brasileira e os seus 10 anos subsequentes. Contudo, uma década depois, é possível reavaliar a natureza daqueles acontecimentos e, mais especificamente, questionar as suas correlações com os processos ocorridos em 2015 e 2016, que culminaram com o *impeachment* de Dilma Rousseff e a prisão posterior de Luiz Inácio Lula da Silva. Com interesse em estabelecer aproximações entre os dois ciclos de manifestações, este artigo utiliza-se das noções de antipartidarismo reativo, antipetismo e apartidarismo (Poguntke; Scarrow, 1996; Tocal; Gunther; Montero, 2001) para realizar aproximações entre 2013 e 2015. Busca-se desse modo evidenciar uma leitura acerca dos períodos que pode lançar luz sobre as conexões causais entre ambos.

Palavras-chave: impeachment; Dilma; antipartidarismo.

June 2013: An *affective* hypothesis on the consolidation of the Brazilian anti-PT sentiment Abstract

The June 2013 demonstrations constituted a multifaceted series of events that significantly impacted Brazilian national politics, leaving a lasting influence over the subsequent decade. However, a decade later, it is possible to reassess the nature of these events, particularly examining their correlations with the unfolding political processes in 2015 and 2016. These processes ultimately led to the impeachment of Dilma Rousseff and the subsequent arrest of Luiz Inacio Lula da Silva. Taking a retrospective approach, this article delves into the complexities and diversity of the June 2013 demonstrations and seeks to establish connections with the later demonstrations in 2015 and 2016. In order to draw comparisons between the two cycles of demonstrations, this article uses the notions of reactive anti-partisanship, *antipetism* [anti-PT (Worker's Party) sentiment], and nonpartisanship (Poguntke & Scarrow, 1996; Tocal, Gunther & Montero, 2001) to bridge the gap between the events of 2013 and the political landscape in 2015.

* Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo; Pesquisadora do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (LAPPCOM). E-mail: allegralevandoski@usp.br.

** Professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS). Coordenadora do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (LAPPCOM). E-mail: mayragoulart@gmail.com.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY 4.0 Internacional, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, desde que citem seus autores e a fonte original.

By exploring these notions, our objective is to offer insights into the interplay between the two periods, shedding light on the causal connections that shaped Brazilian politics during this crucial period.

Keywords: impeachment; Dilma; antipartidarism.

INTRODUÇÃO

As manifestações de junho de 2013 foram uma série de eventos que hoje, à luz de 10 anos de reflexão, podem ser considerados como ponto de inflexão da política nacional até então liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que ocupou a Presidência da República entre 2003 e 2016, um movimento de massa que culminou em uma série de transformações que continuam a apresentar sinais de seus desdobramentos até o presente momento de escrita deste artigo.

Mas quais seriam esses reflexos e a respectiva natureza daquele movimento que germinou em torno de questionamentos à tarifa e qualidade do transporte público em diferentes municípios do Brasil? É possível os relacionar com os eventos que se sucederam no campo das instituições e dinâmica democrática? O presente artigo busca responder a esses questionamentos. Mais especificamente, apresentar uma argumentação que sugere o surgimento de um amplo ciclo de protestos entre 2013 e 2016 e a sua associação com o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Mais além, o artigo visa apresentar os mecanismos centrais referentes ao descontentamento popular quanto ao *establishment* político brasileiro e suas respectivas lideranças e partidos. Tal insatisfação culminaria na candidatura e vitória de Jair Bolsonaro, um ex-capitão reformado do Exército, à Presidência da República, mesmo sob condições adversas.

Este artigo não possui como objetivo propriamente explicar 2013, mas, sim, apresentar uma hipótese acerca de suas conexões causais com 2015-2016 e o fortalecimento, por parte da extrema-esquerda, do antipartidarismo e antipetismo no país com a rejeição dos clássicos canais de representação, dos partidos e da democracia. Para o cumprimento do propósito deste trabalho, utiliza-se a ótica do antipartidarismo (Poguntke; Scarrow, 1996; Torcal; Gunther; Montero, 2001) e a hipótese de que este seria um produto decorrente de uma dinâmica partidária com pouco enraizamento na esfera social, ainda que rica em termos de atuação no interior do Estado. Em outros termos, partidos incapazes de gerar vínculos de identificação com a população, mas capazes de organizar as elites políticas em seus projetos de poder (Pereira; Mueller, 2003). Tal hipótese radica na associação entre os protestos e o antipartidarismo subjacente à agenda anticorrupção e antigovernista que emerge no contexto dos escândalos associados ao PT e a outras forças políticas que compunham a coalizão governista.

Trata-se de uma hipótese de pesquisa na qual a compreensão acerca da dimensão de antipartidarismo reativo, um dos dois diferentes tipos de atitude contrária a partidos, permite a melhor interpretação acerca de 2013 e os 10 anos que se seguiram. Um estudo analítico que visa superar interpretações quanto à inconclusividade das análises então propostas do fenômeno e defender a leitura acerca da capacidade da rejeição partidária no país, em específico, a partir de 2015. Para que esse esforço obtenha resultados, é necessário identificar (i) as relações de representação partidária; (ii) as dinâmicas diversas do antipartidarismo; (iii) o ciclo de insatisfação generalizada que explode em 2013; (iv) os movimentos sociais sob ponto de vista da sociedade civil organizada e seus respectivos atores e, por fim, (v) os desdobramentos decorrentes.

Esta pesquisa foi realizada a partir da utilização de fontes secundárias, de modo a permitir a construção de uma hipótese segundo a qual alguns dos principais movimentos sociais da esquerda cuja experiência e capacidade de organização já estavam presentes vieram a servir para a criação de uma janela de oportunidade para uma nova direita em processo de organização formal em espaços ainda não ocupados, sobretudo as ruas brasileiras (Alonso, 2017, 2023; Rocha, 2019). Assim, este trabalho é dividido em 4 seções, para além da introdução e conclusão. Na primeira, a base conceitual e o contexto político serão apresentados. A segunda tratará das manifestações de 2013. A terceira dedica-se a compreender a consolidação da extrema direita como força política com pretensões majoritárias a partir da disseminação de um conjunto de afetos reativos ao projeto político do Partido dos Trabalhadores, dentre eles o ressentimento. A quarta correlaciona esses fatores com a interrupção desse projeto, através do *impeachment* de Dilma Rousseff. Portanto,

busca-se reforçar nesse artigo a relação causal e *afetiva* entre o ressentimento e outros dois sentimentos que eclodem no período de 2013 a 2016: o antipetismo (rejeição ao Partido dos Trabalhadores) e o antipartidarismo (a rejeição à totalidade dos partidos).

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA, AS FORMAS DE ANTIPARTIDARISMO E A REJEIÇÃO AO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO BRASIL

Os partidos e as relações que esses estabelecem com a sociedade sempre foram tópicos presentes na literatura política (Samuels; Zucco, 2018; Braga, 2013; Mair, 2001; Epstein, 1967; Sartori, 1980), variando desde interpretações que buscavam destacar o papel dos partidos como canal de representação entre os cidadãos com o Estado, a organização e a mobilização de segmentos sociais e suas pautas até – mais recentemente – abordagens críticas sobre a transformação das agremiações.

Uma mudança dos partidos de modo a se afastarem cada vez mais de suas funções representativas para responsabilidades procedimentais tem como consequência o enfraquecimento das identidades partidário-ideológicas e o surgimento de um argumento cada vez mais propenso a negar a política em razão da baixa capacidade de identificação com as siglas e o fortalecimento da lógica de carreira política (Mair, 2001). O clássico texto *Os partidos políticos e a democracia* de Peter Mair (2001) sumariza:

A conclusão implícita nesta breve revisão das funções dos partidos é clara: as funções representativas dos partidos estão em declínio e foram assumidas, pelo menos parcialmente, por outros organismos, ao passo que as funções processuais foram preservadas, chegando mesmo a adquirir uma maior relevância. Por outras palavras, assim como os partidos mudaram da sociedade para o Estado, as funções que estes desempenham, e se espera que desempenhem, mudaram de uma ação principalmente representativa para uma ação principalmente governativa (Mair, 2001, p. 285).

Para além, destaca-se:

[...] perante o esbatimento das identidades partidárias e as transformações em nível das funções e dos modos de organização e apresentação dos partidos, os eleitores parecem ter cada vez mais dificuldades em entendê-los como representantes dos seus interesses e preocupações (Mair, 2001, p. 288).

Ao diagnosticar e descrever a metamorfose que ocorria com os partidos no começo do século XXI, Mair permitiu não somente uma série de questionamentos acerca da capacidade dos partidos de cumprir o seu papel na relação entre representantes e representados, mas também abriu margem para estudos sobre o antipartidarismo e suas manifestações. Ou seja, como o jogo político, partidário e mesmo a democracia podem passar a ser questionados sob a justificativa de indiferença, corrupção e a atuação dos políticos que apenas beneficiam a própria classe pelos indivíduos.

Semelhantemente, Colin Crouch, no livro *Post Democracy* (2004), aborda o que pode ser traduzido como o período da pós-democracia, o qual se caracteriza pela degradação da política de massas e a personalização dos líderes, o marketing político e a profissionalização dos mesmos. Na pós-democracia, o mundo político é incapaz de retornar a sua posição de autoridade e respeito que possuía anteriormente e igualmente incapaz de discernir as demandas da população.

Esses sintomas não se limitam aos países desenvolvidos e às democracias consideradas estáveis da Europa e dos Estados Unidos da América, mas também da própria América Latina e, no caso brasileiro, de forma cada vez mais evidente através das Jornadas de Junho e a negação de bandeiras partidárias, o descontentamento generalizado e a percepção de que *todo político é igual*.

Assim, autores como Mariano Torcal, José Ramón Montero e Richard Gunther contribuíram nos estudos sobre partidos por uma ótica distinta, a do antipartidarismo. Apesar de os intelectuais afirmarem que, já nos anos de 1990, comumente se argumentava sobre a existência de sentimentos contrários a agremiações, os cientistas políticos trouxeram ao tópico ainda mais evidência ao realizarem um amplo estudo do fenômeno. A pesquisa foi pautada na análise de dados sobre preferências políticas e partidárias no decorrer de duas décadas nos países Espanha, Itália, Grécia e Portugal. O esforço foi apresentado no artigo “Anti-party sentiments in Southern Europe” (2001), que argumenta sobre a existência de dois diferentes tipos de antipartidarismo, assim como suas consequências no comportamento dos sujeitos (Torcal; Montero; Gunther, 2001). Ao buscarem questionar a usual argumentação de que o aumento de atitudes antipartidárias estaria associado com a diminuição do apoio ao regime democrático, aos partidos ou à existência de um comportamento antissistêmico, os autores nesse artigo visam apontar que as confusões e inconsistências nas leituras sobre partidarismo partem de uma falta de compreensão sobre o que são denominados *antipartidarismo cultural* e *antipartidarismo reativo*.

O antipartidarismo cultural é descrito como um tipo de antipartidarismo cuja origem estaria presente, ou nas palavras dos autores, enraizada, na cultura política de um país. Nesse sentido, não estaria associado com mudanças temporárias na dinâmica de uma nação como escândalos de corrupção ou crise econômica, mas sim seria um traço relativamente permanente no tempo (Torcal; Montero; Gunther, 2001, p. 6). Para além, a análise sobre o antipartidarismo cultural poderia ser associada com experiências históricas de regimes ditatoriais e autoritários vividos pelos países e seus cidadãos e as consequências negativas na forma de ser concebida a política, os partidos e os seus representantes, como sugere a leitura de Maravall, recuperada no artigo de 2001:

[...] experiência de ditaduras e pseudo-democracias, uma história de turbulências políticas e descontinuidades, eleições manipuladas por longos períodos de tempo e a prolongada socialização negativa com a política (Maravali, 1997, p. 237 *apud* Torcal; Montero; Gunther, 2001, p. 6, tradução nossa).¹

Essas consequências negativas poderiam ser atribuídas à existência de esforços para destruir a competição política de um Estado, através de propagandas, e a socialização formal da educação escolar. São todos fatores que buscaram questionar os valores e o funcionamento da democracia como regime e a utilidade de partidos e políticos como representantes da sociedade civil, interpretação que ainda se sustenta em diferentes partes do globo e segmentos da população.

Apesar de os autores limitarem o seu estudo para países do sul europeu, suas contribuições acerca da interação entre antipartidarismo cultural, a existência de regimes autoritários e a percepção cética dos indivíduos quanto aos partidos contribui para contrastar com a realidade e cultura política das mais diferentes regiões. Contudo, se deve antes diferenciar o antipartidarismo cultural daquilo que é o antipartidarismo reativo (Torcal; Montero; Gunther, 2001). O antipartidarismo do tipo reativo, diferentemente do cultural, se qualifica pela sua instância crítica e de reação à atuação presente do governo, das instituições e das respectivas elites políticas. Portanto, o enfoque aqui não se trata de um questionamento quanto à *natureza* inerente da democracia e seu funcionamento, mas sim à atual *performance* e inconsistência entre o que é prometido em campanhas eleitorais e o que de fato é cumprido pelos representantes.

Os autores Torcal, Montero e Gunther apontam para as consequências que cada um desses modelos provoca no comportamento político dos sujeitos. Por um lado, a existência de uma série de críticas, mobilizações sociais e impacto nos padrões de votação através do antipartidarismo reativo e, por outro lado, com o antipartidarismo cultural possui “[...] efeitos de alcance psicológico relacionado aos partidos e várias formas de participação convencional” (ibid., p. 42, tradução nossa)². Por fim, rememora-se o fator da identificação partidária como de profundo impacto na forma e comportamento dos eleitores para até mesmo além da questão do voto, mas também percepções da economia, relações entre partidos e indivíduos (Paiva; Krause; Lameirão, 2016). O exemplo do PT funciona de modo a perceber a existência dessas preferências eleitorais

e a organização da lógica política do país ao dividir a sociedade entre os seus apoiadores e os que rejeitam (antipetistas).

De acordo com o levantamento realizado pelo Instituto DataFolha³ em outubro de 2022, o Partido dos Trabalhadores foi considerado o partido com maior identificação, com um percentual de 35% de eleitores simpatizantes, sendo seguido pelo PL, com 20%, e, no caso das demais siglas, menos de 5% cada. Porém, um terço dos entrevistados afirmaram não se identificar com nenhum partido (35%), fato que pode ser explicado pela lógica do antipartidarismo e de uma rejeição generalizada aos atores institucionais. No que concerne aos sentimentos negativos, ou seja, em qual partido os entrevistados não votariam de forma alguma, o PT também ficou em primeiro lugar, com 39%.

Com base nas interpretações e dados sobre antipartidarismo e antipetismo, cabe a investigação de quais desses padrões podem ser notados na realidade brasileira, especificamente, no decorrer das manifestações de 2013 e no ciclo subsequente de 2015 e 2016, esse identificado por Angela Alonso como “ciclo patriótico” (Alonso, 2017), um segundo ciclo de manifestações que não pode ser dissociado de sua origem contestatária e autonomista de três anos antes.

AS MANIFESTAÇÕES DE 2013: UM PRELÚDIO AOS PROTESTOS VERDE-AMARELOS

Com origem na esquerda autonomista, isto é, uma esquerda que se fundamenta no anticapitalismo e na ênfase de autonomia dos trabalhadores quanto a organizações institucionais como sindicatos e partidos políticos (Lovatto, 2016), apartidários, as reivindicações de 2013 foram encabeçadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Esse grupo questionava o aumento das tarifas de transporte na cidade de São Paulo e se organizava, como destaca Alonso (2017), de forma descentralizada, através de assembleias decisórias comuns e pela incorporação da lógica anarquista em seu repertório político. Contudo, não foi muito tempo depois do início da Jornada de Junho que essa passou a acomodar não somente uma diferente amplitude de pautas sociais para além dos 20 centavos, mas, fundamentalmente, revelar novos atores sociais.

Com o objetivo de melhor compreender a série de eventos, destaca-se a cronologia dos movimentos de Junho de 2013, o qual começou no dia 6 de junho com confrontos na Paulista, a qual é ocupada pelo Movimento Passe Livre (MPL), e a Polícia Militar é acionada. Simultaneamente, no Rio de Janeiro, o mesmo evento contou com cerca de 2 mil pessoas. Com o decorrer do tempo, o movimento passa a ganhar massificação, em 11 de junho são mais de 5 mil pessoas nas ruas. Entretanto, o dia fundamental foi o 13 de junho, o quarto protesto em São Paulo, considerado como o dia de virada nas Jornadas de Junho dada a violenta repressão da Polícia Militar. Nessa conjuntura, o então prefeito de São Paulo afirma que não vai revogar o aumento da tarifa de transporte público.

No dia 17 de junho, mais de 12 capitais são ocupadas por manifestações de rua, inclusive Brasília. De acordo com levantamento do portal Globo à época, contava-se com mais de 250 mil pessoas ao todo reivindicando as mais múltiplas pautas, inclusive saúde, educação e outros “Padrão Fifa” à luz da Copa das Confederações que aconteciam no país. No dia 19 de junho, os então prefeito e governador de São Paulo, Haddad e Geraldo Alckmin, respectivamente, revogam o aumento das tarifas, contudo a mobilização se mantém, e no dia 20 ocorrem as maiores manifestações de Junho de 2013 com mais de 1,5 milhão de pessoas em pelo menos 100 cidades brasileiras, mesmo após a adoção de medidas para redução da tarifa de ônibus. Os protestos de rua continuam e ganham caráter cada vez mais diversos, como pautas de combate à corrupção, “cura gay” (21 de junho) e segurança pública.

Associada com a hipere Exposição e o gradual processo de legitimação por parte da mídia brasileira, como jornais Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, O Globo e mais uma série de correspondentes internacionais atentos à violência policial adotada como parte da resposta do governo paulista aos eventos de rua (Alonso, 2023), o 13 de Junho tornou-se uma das principais manifestações do Brasil. O que havia começado como um evento nichado e, principalmente, ocupado pela esquerda e estudantes universitários, agora tinha adesão de múltiplos espectros ideológicos, fossem contrários à corrupção, agenda moral ou defesa de políticas públicas. Como Alonso sintetiza:

Isso mudou depois de 3 de junho. Houve diversificação no interior de cada um dos campos, com adesão de novos movimentos organizados, antes ausentes da rua. E o que era raro passou a frequente: movimentos dos três campos na mesma manifestação. Um incremento da mistura. (2023, p. 186).

Mas, apesar dos diferentes cartazes que já denunciavam a corrupção no país, o baixo investimento em setores como educação e saúde, e o uso da bandeira nacional, foi em 2015 que se tornaram ainda mais contundentes os efeitos da rejeição político-partidária dos anos anteriores. Entretanto, antes de se compreender os eventuais desdobramentos de 2015, a análise de 2013 permite apontar o entendimento de que a postura adotada por alguns atores coletivos do campo progressista no período possui responsabilidade direta com o processo de invalidação do governo Dilma mesmo após reeleita em 2014. Descrença em um ano em que, em março de 2013, Rousseff apresentava aprovação de 79%, a cotação do dólar chegava à média de dois reais, e o menor índice de desemprego histórico do país ficou em 4,3%.

O protesto que começou por 20 centavos passou a ganhar entonação cada vez maior, transformando-se em algo que, nas próprias palavras e cartazes, “não é apenas 20 centavos”, mas também melhores condições e até mesmo o cancelamento da Copa das Confederações e das Olimpíadas. A insatisfação de um grupo composto em sua maioria por jovens universitários abriu espaço para uma pluralização cada vez maior, como parte do resultado de midiática e emprego das redes sociais.

Com esse cenário e o crescente questionamento acerca das competências do governo federal, estaduais, prefeituras de diferentes municípios e da própria presidente Dilma, resultou-se a uma igualmente rejeição dos partidos políticos, bandeiras e “oportunistas” que se apresentavam nas ruas no entendimento daqueles participantes das manifestações. As ameaças para retirar as bandeiras de partidos de esquerda e do PT foram centrais para explicar como 2013 foi um movimento antipartidário, ao tempo que 2015 foi antipetista. Nesse sentido, o que antes era um perfil de manifestantes, especialmente de filiados a partidos, sindicalistas, funcionalismo público e estudantes, agora perdia espaço para os que pouco ou nada tinham de associação com esses nichos, ou, em outras palavras, como seria adotado pela mídia, os “pacíficos” em contraste aos “vândalos de esquerda” (Alonso, 2023).

Era uma amorfia que, apesar da nova esquerda socialista, assim como o campo autonomista, não considerava os manifestantes partidários do governo, do PT, como legítimos agentes mobilizadores. O Movimento Passe Livre pode ser citado como um exemplo disso, era uma organização apartidária, ou seja, que não possuía nenhum partido como orientação ou preferência política; algo que é diferente de ser antipartidário e rejeitar toda e qualquer sigla. Contudo, a postura apartidária pode ser considerada como um dos fatores para as subseqüentes rejeições pelo campo da direita que surgiram ao entender que nenhum posicionamento favorável a uma agremiação ou conjuntura governamental deve ser adotado, mesmo a exemplo do governo do Partido dos Trabalhadores, uma sigla tradicional de esquerda, progressista e de avanços sociais reconhecidos. Em suma, fosse o governo ou os movimentos organizados de esquerda, houve a demora em capturar o verdadeiro sentido das ruas. Uma crise que ultrapassou críticas ao PT, a Dilma ou pautas estruturais, apesar de esta ser sua origem, e assim se conformava em uma ampla e inicial crise de legitimação e representatividade.

Com a identificação dos três campos de segmentação das manifestações (Alonso, 2023), sendo eles os socialistas, os autonomistas e a direita, é evidente a crítica dos dois primeiros, estes enraizados na cultura cívica e em movimentos sociais, ao governo petista. De outro lado, a pauta moral, anticorrupção, e o desejo de menor intervenção estatal permitem caracterizar aqueles que, apesar de manifestações e marchas a Jesus⁴, contra o aborto e demais outras agendas, não tinham seu título de agente político ainda reconhecido, cuja crítica supera, inclusive, o PT e se generaliza.

UMA DIREITA A SE CONSOLIDAR: UMA HIPÓTESE AFETIVA

Camila Rocha, em seu artigo “*Imposto é Roubo!*” *A Formação de um Contrapúblico Ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff* (2019) identifica 2013 como uma janela de oportunidade para mobilização de uma direita e extrema-direita existentes, mas

ainda não organizadas. Um público que, como denominado pela autora, pode ser definido por “contrapúblico ultraneoliberal”, o qual foi capaz de escoar seus ideais para um novo e maior conjunto de indivíduos através das ruas que até então eram ocupadas pelo Movimento Passe Livre. Mas, apesar do protagonismo de figuras estudantis, que posteriormente ficariam conhecidas por sua associação com o Movimento Brasil Livre (MBL), cabe aqui realizar uma breve digressão acerca da origem e organização da nova direita brasileira.

A formação da nova direita brasileira, especialmente observada a partir de 2015, estaria, seguindo o entendimento de Rocha (2019), relacionada com a existência de jovens estudantes universitários e profissionais liberais que promoveriam o debate acerca de maior liberdade econômica, menor intervenção estatal e demais pressupostos liberais em fóruns e redes sociais on-line. Ou seja, cuja atuação se concentrava exclusivamente nos meios digitais. Essas mesmas redes sociais, em um cenário de expansão de aplicativos e comunidades sociais, como Orkut e Facebook, viriam a ser utilizadas por páginas como “Vem pra Rua” e “Revoltados Online” para convocar e mobilizar manifestações em março de 2015. Tais eventos, segundo o Instituto Datafolha, teriam sido capazes de reunir mais de 250 mil pessoas, utilizar as cores verde-amarelo e fragilizar o governo Dilma ainda mais diante das acusações referentes à Lava Jato.

Diante desse cenário, o que 2013 possibilitou foi uma catarse coletiva, em que diferentes sentimentos vieram à tona, em particular, o ressentimento daqueles que se frustraram pelo caráter incompleto do processo de inclusão vivenciado a partir de 2003 (Pinheiro-Machado; Scalco, 2023). Esse sentimento, enquanto afeto mobilizador constitutivo de um processo global de emergência de lideranças populistas de direita, foi o catalisador dos processos que se instauraram a partir de então, quando seguimos a premissa deste texto de compreendê-los sob o ponto de vista da demanda, isto é, dos cidadãos e não das elites políticas. Como afirmam Starling, Lago e Bignotto (2022, p. 80): “o ressentimento – a combinação emocional entre a desigualdade individualizada e o sentimento de injustiça – é um afeto com vigor suficiente para ligar pessoas, independentemente de sua posição na estrutura social”. Portanto, segundo a autora: “o ressentido se aferra à ideia de ser alguém que foi destituído de seu lugar de direito; por essa razão, se identifica com a condição de vítima” (idem).

Esse argumento dialoga com o que desenvolvemos em Gracino Jr., Silva e Frias (2021) sobre o papel do ressentimento na configuração dos vínculos de pertencimento que conformam os sujeitos políticos engendrados a partir das lideranças populistas de direita, em especial, aquele que chamamos de *bolsonarismo*. Recuperar essa argumentação é fulcral para os propósitos deste artigo, que almeja estabelecer uma conexão causal entre os eventos de 2013 e a formação do sujeito político *bolsonarista*, uma vez que oferece hipótese situada no plano das paixões, dos afetos, apresentando o ressentimento como um gatilho para um conteúdo marcado por outro afeto: a nostalgia. Sob essa perspectiva, o ressentimento seria motivado por uma percepção de privação, de que algo foi injustamente roubado e que, portanto, precisa ser recuperado por meio de um retorno a uma situação anterior à perda. O que foi perdido, por sua vez, foi a perspectiva de um privilégio, de uma distinção à qual o sujeito se percebe portador de direito e que lhe foi estimulada por um processo de inclusão social todavia incompleto. Essa incompletude, sob a perspectiva de quem se percebe como vítima, reduz as diferenças com aqueles que antes estavam em situação pior, sem, contudo, facultar acesso efetivo às camadas superiores da pirâmide econômica.

Nessa medida, o ressentimento afeta em especial aqueles que não se sentem incluídos em termos de capacidade de consumo e prestígio social pelas classes médias tradicionais, mas percebem uma aproximação das classes populares, beneficiadas por programas de transferência e pelo aumento no salário-mínimo. A ideia de que perderam um privilégio e a nostalgia de um momento real ou imaginário em que o mesmo estava disponível são os afetos mobilizadores de Junho de 2013, mas também das manifestações de 2015 e 2016, como pontuam Starling, Lago e Bignotto.

A linguagem de Bolsonaro é capaz de surpreender porque catalisou a energia reacionária gerada por uma fatia larga da sociedade, entre os anos de 2013 e 2016, com força política para tomar as ruas [...] Sem seguir lideranças coletivas e sem pauta acordada em comum, os protestos chacoalharam o poder, mas traziam, nas bordas, indivíduos e

organizações de extrema direita, e um imaginário de feição reacionária que se expandiu das margens para o centro. (Starling; Lago; Bignotto, 2022, p. 80).

É nesse sentido que se torna possível compreender não apenas o ciclo de manifestações de 2015, mas também as suas correlações diretas com as afetividades e ressentimentos que apareceriam entre a maioria da população brasileira, uma nova classe média que se consolidava após 10 anos da gestão petista, no decorrer do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Esse tópico é abordado na seção seguinte do texto.

DEPOIS DE 2013: O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Os anos que seguiram 2013 foram igualmente marcados por rebuliços nas ruas e praças pelo país, contudo, dessa vez sob um novo cenário: o segundo mandato de Dilma Rousseff e uma consolidada experiência de manifestações. Com o histórico de manifestações e agora questionamentos acerca da validade da votação presidencial que permitiu a vitória de Dilma contra Aécio Neves, rapidamente as ruas foram tomadas por um novo “ciclo” (Alonso, 2017, 2023) de protestos patrióticos, com a recorrência das cores verde-amarelo e com múltiplos movimentos que reivindicavam o patriotismo, o fim da corrupção, militarização da política nacional, privatizações, entre outras agendas muitas vezes contraditórias entre si. Essas pautas que por vezes convergem ou não, mas que mantinham como característica: “A adoção do mesmo estilo de ativismo, ancorado nos símbolos nacionais, distinguiu esse campo em relação aos da esquerda e fez o contraste com o governo petista. Reivindicaram o patriotismo, com ‘patriota’ definido como sinônimo de antiesquerda”. (Alonso, 2023, p. 270).

Em 2 de dezembro de 2015, ocorreu a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff por Eduardo Cunha, assim como por demais opositores que acreditavam estar defendendo a vontade manifesta nas ruas pela direita. O campo “patriótico” se consolidava como “dono da rua” ao ocupar a Avenida Paulista com 1,4 milhão de pessoas em 13 de março de 2016. A bandeira da anticorrupção não somente tinha revelado suas cores em 2013, como foi reforçada nos pronunciamentos da ex-presidenta Dilma Rousseff, como aponta o cientista político Fernando Limongi em seu livro *Operação Impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato* (2023). Seus discursos vinham ao encontro das investigações realizadas pela Operação Lava Jato e a equipe do juiz Sérgio Moro à época. A perfeita combinação dos escândalos envolvendo a Petrobras e a administração petista, os acúmulos das manifestações de 2013 e o apelo por diferentes segmentos da sociedade pelo combate e fim da corrupção geraram o resultado já anunciado nas primeiras manifestações autonomistas: o sentimento antipetista.

Mas, diferentemente do que Limongi busca responder em seu texto – como o *impeachment* de Dilma foi possível, e como explicar a implosão da coalizão que a apoiava em nome de sua substituição – este artigo não deseja abordar os fenômenos aqui narrados sob o prisma das elites políticas e suas relações de poder, mas dos cidadãos e seus afetos. Sob essa perspectiva, o fator decisivo para entender o *impeachment* de Dilma está nas ruas e no (res)sentimento de antipetismo reativo. Uma forma de antipetismo já presente em 2013. Em outros termos, aqui buscamos uma explicação centrada no plano da demanda (sociedade civil) e não da oferta (elites políticas e seus discursos). Ainda que tenham sido determinantes para projetá-las e reverberá-las em outros contextos, os partidos e lideranças políticas tradicionais não são suficientes para explicar a explosão de manifestações de rua. Deste modo, acreditamos que atores políticos como Jair Bolsonaro tenham agido como caixa de ressonância, em uma relação sinérgica com os clamores populares, funcionando ao mesmo tempo como porta-vozes de sentimentos já estabelecidos, mas também como elemento catalisador que favorece a percepção dos mesmos.

Conforme o modelo canônico de *impeachment* sugere (Pérez-Liñan; Polga-Hecimovich, 2016; Sallum Jr., 2015; Brossard, 1992), presidentes são afastados a partir de forças externas, como escândalos, mobilizações de rua e, em linhas gerais, todos os demais processos que levam à existência de uma reação. O *antipetismo reativo* (Levandoski, 2020) – um sentimento de identidade negativa ao PT que é produto de uma série de críticas às decisões e escândalos envolvendo sua cúpula – chama atenção para uma interpretação que até então tem sido ignorada na literatura crítica sobre política brasileira.

Aqui, a sugestão é de que gritos como “Vem, vem pra rua contra o governo”, e falas de manifestantes afirmando estarem presentes nas mobilizações “contra o genocídio”, “contra o governo”, “por tudo o que está de errado no país” serviram de combustível, associado com o isolamento do Movimento Passe Livre da posição de liderança dos protestos, para abrir margem para um 17 de julho que se assemelharia ao padrão de dois anos depois. Nesse sentido, o próprio deputado federal pelo União Brasil, Kim Kataguiri, afirma em entrevista à Folha de São Paulo: “*Tomei contato quando já tinha extrapolado, quando já tava grande, o pessoal tava subindo no Congresso Nacional, as manifestações estavam gigantescas em São Paulo [...] percepção que eu tive é de que as coisas, ia acontecer alguma coisa muito rápido e muito boa, que ia mudar as coisas para melhor no país*”⁵ (2023).

Nas afirmações de Kim Kataguiri, encontramos uma interpretação que corrobora nosso argumento, segundo a qual as manifestações de Junho de 2013 foram e serviram de inspiração para as futuras mobilizações, no caso aquelas lideradas pelo Movimento Brasil Livre, MBL, durante o segundo mandato de Dilma. Em suma, a existência de um cenário pré-mobilizações pró-*impeachment* e a quebra de sua coalizão política-eleitoral, diferentemente de, como argumenta Fernando Limongi, não ocorreu apenas em 2015 com o posicionamento de Eduardo Cunha e o abandono de demais políticos, como Michel Temer do governo Rousseff. Em suas palavras: “Explicar o *impeachment* requer entender a implosão de uma coalizão governante e sua substituição por uma aliança alternativa (2023, p. 9).

Esse rompimento esteve presente, substancialmente, nas ruas de 2013 a 2015 com o ataque generalizado a políticos como as seguintes falas resumem:

Uma coisa ficou muito clara na passeata, que impressionou pela civilidade: o apartidarismo. Por isso políticos que lá estiveram foram vaiados e chamados de oportunistas. Os que compareceram clamam por políticos éticos, dignos e competentes. Ninguém suporta mais ver esse país sendo minado pela roubalheira. O que o PT insiste em não entender, quando divide o Brasil entre nós e eles, é essa nova maneira de enxergar do brasileiro (Comentarista A,⁶ 2016, grifos das autoras)

Nossa frágil democracia, na prática, só funciona com revelações de impacto com as desta semana. Com isso caem as facetas, os jogos de palavras. A população, e principalmente a imprensa, tem uma responsabilidade vital neste momento de nosso país, para não deixar escapar a oportunidade de limparmos os corruptos de qualquer partido (Comentarista B, 2016, grifos das autoras).

Desse modo, aspectos como críticas ao sistema político, partidos, petistas, a corrupção e demais aspectos sistêmicos se tornaram costumeiros nas frases e declarações não somente de manifestantes presentes em 2015 e 2016, mas também por figuras como o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, durante o processo de abertura do *impeachment* contra Rousseff (Levandoski, 2020), que manifestam um nítido posicionamento antipetista.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PSC-RJ. Sem revisão do orador.) – Deputada, a Direita vem aí! Capitão Bolsonaro vem aí! V.Exas. não vão ter paz em 2018, não! Prezado Deputado Carlos Manato, quero cumprimentar V. Exa., que está presidindo os trabalhos, pelo convite que me fez para visitar seu Estado nas próximas quinta-feira e sexta-feira. Às 19h30min, estaremos pousando no aeroporto. Depois, teremos um grande ato pelo *impeachment*, na Praia de Camburi. É um ato que não é meu nem seu, mas do povo brasileiro, do povo capixaba, que não aguenta mais tanta roubalheira patrocinada pelo PT, não aguenta mais tanta incompetência, não aguenta mais um Governo que quer nos levar para uma ditadura cubana – esta, sim, ditadura (Jair Bolsonaro, 2016, grifos das autoras).

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PSC-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus companheiros, tenho uma pergunta: por que o PT tem tanto ódio da democracia? Por que o PT odeia tanto a nossa liberdade? Por que o PT odeia tanto a classe média, que sobrevive às suas custas e não depende de nada do Governo? Por que o PT odeia tanto as minorias e joga umas contra as outras? Meus companheiros, quando o PT diz que não vai ter golpe, o recado que o PT está dando para os seus militantes é o seguinte: "Caso venham cassar a Dilma Rousseff, vale tudo contra aqueles que a cassaram". O PT odeia a lei (Jair Bolsonaro, 2016, grifos das autoras).

Apesar das evidentes distinções entre os manifestantes de 2013 e aqueles que estiveram nas ruas entre 2015-2016, de posicionamentos ideológicos, percepções acerca de políticas públicas e projeto de sociedade, é possível identificar como elemento comum o desejo de transformação social através de meios alternativos aos atores coletivos e entidades planejadoras tradicionais, como sindicatos, partidos e mesmo o Estado. Assim sendo, havia de um lado o MPL, caracterizado por ações coletivas, horizontalidade, apartidarismo e ausência de figuras de liderança e filiação com sindicatos, enquanto, do outro lado, o MBL, de sigla semelhante, também constituído por jovens universitários com claras lideranças, postura igualmente apartidária, antipetista e mobilização digital.

Esse transbordamento foi favorecido pela existência de um descontentamento difuso, que até então não tinha encontrado canais para se transformar em revolta. O descrédito nos Poderes constituídos e nos mecanismos de representação (parlamentos, partidos, sindicatos, associações etc.), que aparentemente provocava apatia ou aceitação do status quo, transformou-se em indignação, uma vez divisada uma janela que, afinal, escancarou-se para todos os descontentes. As jornadas de junho tiveram a peculiaridade de reunir nas ruas, pela primeira vez, setores de esquerda, de direita e indefinidos, com a convicção comum que os canais institucionais não serviam para expressar a revolta (Gondim, 2016, p. 44, grifos das autoras).

Evidencia-se assim que as Jornadas de Junho de 2013 foram capazes de mobilizar, simultaneamente, agentes de esquerda e de direita, com diferentes pautas, mas que se reuniam com propósitos semelhantes: questionar a competência e atuação do Governo Federal em vigência, seja entoando críticas às políticas públicas elaboradas, ou acusando de corrupção sob o lema do “O gigante acordou”. Essa mudança ocorreu com a rejeição ao projeto nacional do PT de governo, a recusa de filiação com sindicatos e partidos como agentes decisórios nas ruas e, futuramente como visto em 2015-2016, somado ao renitente antipetismo radicalizado pela reação aos escândalos econômicos e institucionais evidenciados pela Operação Lava Jato.

CONCLUSÕES: UM UNIVERSO, DOIS PARALELOS

A ciência moderna possui dentre as suas prerrogativas o estudo analítico e baseado em hipóteses e estabelecimento de teses a partir de observações. Não diferente é para o campo da Ciência Política e o estudo de fenômenos sociais de ampla dimensão, como Junho de 2013. A busca pela realização de conexões causais não é um esforço fácil no empreendimento científico, sobretudo considerando o distanciamento de apenas 10 anos em relação aos eventos da década anterior.

Contudo, para além dos projetos de pesquisas observacionais, a descrição de eventos, a identificação de fatores e os agentes envolvidos, hoje, torna-se possível questionar não apenas os estudos realizados no calor do momento, mas igualmente as hipóteses estabelecidas e o senso comum que, por vezes, acompanha o entendimento acerca do período. Diante de um cenário de efervescência nacional, o surgimento de hipóteses reativas em defesa de movimentos sociais

presentes na rua, que ressaltam o fato de que as manifestações não teriam sido hegemônicas pela direita, resultou em um apagamento de possíveis conexões existentes entre os protestos contra o governo e a consolidação de uma extrema direita organizada em termos políticos e sociais. Essas conexões, dentre as quais estariam o antipartidarismo, a reação ao Partido dos Trabalhadores, o esvaziamento e a eventual apropriação de um movimento originalmente de esquerda por atores da direita, foram objetos da presente análise.

Com origem no questionamento do aumento da tarifa de metrô e de ônibus na cidade de São Paulo de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, as manifestações foram lideradas então pelo Movimento Passe Livre, essas que duraram por uma série consecutiva de dias e foram marcadas pela postura autonomista e o exacerbado grau de violência por parte de policiais contra os jovens que se organizavam nas ruas. Essa violência, posteriormente, ao ser questionada pela mídia e membros da sociedade civil a partir do dia 13 de junho, começou a permitir que o movimento ganhasse cada vez mais legitimidade e apoio, sobretudo ao incorporar pautas diversas que ultrapassaram a questão do transporte público, abordando temas como corrupção, educação, saúde e demais críticas às políticas públicas em curso. Nas palavras de Linda M.P. Gondim (2016), as movimentações críticas ao então governo “[...] começaram a se multiplicar, ramificando-se por centenas de cidades nos 27 Estados do Brasil e atraindo milhares de pessoas” (2016, p. 44).

Mas foi a partir do dia 17 de junho que houve a massificação dos protestos, de modo a evidenciar aquilo que poderia ser definido em termos do antipartidarismo reativo, ou, simplesmente, como “rejeição à política institucional e à corrupção” (Gondim, 2016). Essa transformação muitas vezes foi acompanhada com clamores nacionalistas e generalistas que posteriormente tornaram-se correntes nas bandeiras de uma direita que já conseguia operar com um grau de coesão e capilaridade social inéditos. Essa associação entre a direita e a corrupção é longa, uma vez que o termo funciona como um *significante vazio*, utilizado pelas elites para mobilizar as camadas médias contra os governos populares, isto é, contra “governos que expandem direitos das classes subalternizadas”, como afirmam Zicman e Lago (2022, p. 43), em um argumento no qual associa os movimentos dirigidos contra os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Lula e Dilma. Nesses movimentos, as camadas médias foram provocadas pela percepção de que a corrupção dos governantes era a responsável por eventuais privações a elas estabelecidas em prol das classes populares, que em troca lhes ofereciam apoio. Esse (re)sentimento difuso está no bojo da crítica a programas qualificados como *assistencialistas* e *eleitóreios*, como foi o caso do Bolsa Família e demais políticas públicas de distribuição de renda levados a cabo pelo PT.

É a partir desse momento que se pode começar a estabelecer correlações entre movimentos e atores sociais organizados que já possuíam expertise e tradição em protestos de rua e segmentos da direita que passaram a disputá-la. Contudo, não basta neste artigo afirmar que essa transformação foi meramente resultado da captura pela direita de um movimento originalmente iniciado pela esquerda, é necessário explicitar os mecanismos utilizados e já presentes na mobilização desses atores tradicionais: o apartidarismo e sua passagem para o antipartidarismo; noções distintas.

O ano de 2013 pode ser apontado não somente como ponto de inflexão da política nacional pela década que se seguiria, mas também serviu de pontapé inicial para o fortalecimento de uma direita, já emergente ainda que menos visível, que agora se fazia presente como ator político atuante, com agenda clara e que pelos anos seguintes seria responsável por manter as ruas ocupadas através de manifestações *pró-impeachment* de Dilma Rousseff e a favor das investigações da Lava Jato e da prisão do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Essa reviravolta foi possível pela viabilização de uma *janela de oportunidade*, a qual se fez provável pela ausência de figuras de liderança política, o diálogo com centrais sindicais e a participação de partidos de esquerda como interlocutores entre a sociedade civil e os movimentos, a ausência como um caminho possível de ser ocupado por aqueles que apenas tinham a internet e fóruns fechados como meio de comunicação.

Evidentemente, este artigo não visa afirmar que a multiplicidade de 2013 possa ser resumida entre Movimento Passe Livre e o Movimento Brasil Livre, e muito menos em categorias direita e esquerda sem levar em consideração a existência de um *continuum* de alta complexidade entre os atores envolvidos. Contudo, o artigo objetiva apontar para a existência de aproximações causais

entre aqueles que se manifestaram no começo de Junho de 2013 para os que ocuparam as ruas em 2015 e 2016; o apartidarismo e o antipetismo são fundamentais para isso. Conclui-se, assim, a possibilidade de estabelecer aproximações entre os dois ciclos de manifestações aqui apontados, de modo a evidenciar que não é possível ignorar as relações de semelhanças, que cada um dos períodos apresenta e conflui para os dez anos que se seguiram.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. A Política das Ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*: CEBRAP, São Paulo, p. 49–58, jun. 2017.
- ALONSO, A. *Treze*: A Política de Rua de Lula a Dilma. São Paulo: Companhia Das Letras, 2023.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa. A agenda dos estudos sobre partidos políticos e sistemas partidários no Brasil. *Revista Agenda Política: Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2013.
- BROSSARD, Paulo. *O impeachment*: Aspectos da Responsabilidade Política do Presidente da República. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 75,127.
- CROUCH, Colin. *Post-Democracy: A Sociological Introduction*. Cambridge: Polity Press, 2004.
- EPSTEIN, L. *Political Parties in Western Democracies*. London: Pall Mall, 1967.
- FOLHA DE S. PAULO. *Datafolha*: PT tem mais simpatizantes, mas também é o partido mais rejeitado. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-pt-tem-mais-simpatizantes-mas-tambem-e-o-partido-mais-rejeitado.shtml>>.
- GRACINO JR., P.; SILVA, M. G.; FRIAS, P. Os humilhados serão exaltados: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. 2021. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 23, n. 51, p. 547-579, maio/ago. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cm/a/Hd79BxYGpNBzq7Bk9YpjMbM/?format=pdf>>.
- GONDIM, Linda M. P. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. *Polis*, Santiago, v. 15, n. 44, p. 357-379, ago. 2016.
- LEVANDOSKI, A. Análise do Discurso Bolsonarista em Perspectiva Comparada ao Lulismo. *Revista CFCH*, Rio de Janeiro, 2020.
- LIMONGI, F. *Operação impeachment*: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023.
- LOVATTO, A. A corrente autonomista no Brasil e a classe operária: apontamentos críticos sobre a revisão do marxismo nos anos 1980. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 37, p. 10-22, jul./dez. 2016
- MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Lisboa, v. 38, n. 167, p. 277-293, 2003.
- NICOLAU, Jairo. *O Brasil Dobrou À Direita*: Uma Radiografia da Eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- PAIVA, D; KRAUSE, S; LAMEIRÃO, P. A. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 638-674, dez. 2016
- PEREIRA, C.; MUELLER, B. Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003.
- PÉREZ-LIÑAN, A.; POLGA-HECIMOVICH, J. Explaining military coups and impeachments in Latin America. *Routledge, Taylor & Francis Groups*, London, 2016.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. The right to shine: Poverty, consumption and (de) politicization in neoliberal Brazil. *Journal of Consumer Culture*, v. 23, n. 2, p. 312-330, 2023.

- POGUNTKE, T.; SCARROW, S. The politics of anti-party sentiment: Introduction. *European Journal of Political Research*, v. 29, n. 3, p. 257-262, 1996.
- ROCHA, C. Imposto é Roubo! A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. *Dados*, v. 62, n. 3, p. 1-42, 2019.
- SALLUM JR., Brasília. Crise política e impeachment. *Novos Estudos: CEBRAP*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 183-203, 2016.
- SAMUELS, J. D.; ZUCCO, C. *Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil*. Cambridge University Press, 2018.
- SARTORI, G. *Partidos y Sistemas de Partidos*. Madrid: Alianza, 1980.
- STARLING, H.; LAGO, M.; BIGNOTTO, N. *Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- TORCAL, M.; GUNTHER, R.; MONTERO, J. R. Anti-party sentiments in Southern Europe. *Working Paper*, n. 170, 2001.
- VEIGA, L. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 340-365, 2007.
- ZICMAN, Thomás.; LAGO, Miguel. Do que falamos quando falamos de populismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ No original: “[...] experience of dictatorships and pseudodemocracies, a history of political turbulence and discontinuities, manipulated elections over long periods, and a prolonged negative socialization into politics” (Maravali, 1997, p. 237).
- ² No original: “[...] cultural antipartyism has far-reaching effects pertaining to psychological attachments to parties and various forms of conventional participation (Torcal; Montero; Gunther, 2001, p. 42).
- ³ A pesquisa foi realizada entre os dias 25 e 27 de outubro de 2022 com 4.580 pessoas, os seus dados podem ser acessados através de link disponível no site Folha de São Paulo: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-pt-tem-mais-simpatizantes-mas-tambem-e-o-partido-mais-rejeitado.shtml>>.
- ⁴ Sobre a importância da marcha no contexto, ver: Sant’Ana, Raquel. ““A Igreja acordou, a Igreja foi pra rua”: representação, manifestação e o fazer dos “evangélicos” nas Marchas para Jesus.” Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais: 117.
- ⁵ Transcrição de fala concedida por Kim Kataguirí ao podcast “Café da Manhã - Junho de 2013: o que houve nas ruas”, iniciativa do Jornal A Folha de São Paulo.
- ⁶ As respostas foram coletadas a partir de levantamento realizado pela autora do presente artigo em 2020 nos jornais A Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, referentes ao período de abertura e instalação do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff. Para proteção e anonimato dos participantes do painel de leitura de cada período, foram omitidos os nomes originais.

Recebido em julho de 2023
Aprovado em novembro de 2023